



AS LÍNGUAS DA IMPRENSA: UM OLHAR SOBRE OS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS BRASILEIROS (1908-1955)

Andréa F. Weber*
UFSM

Resumo: Este artigo lança um olhar sobre as línguas da imprensa brasileira registradas nos Anuários Estatísticos Brasileiros (AEBs) da primeira metade do século XX. Para tanto, analisamos 16 anuários estatísticos, no período entre 1908 e 1955, interpretando seus dados à luz das políticas linguísticas da época, bem como da relação da imprensa em Língua Estrangeira (LE) com as comunidades imigrantes e com o Estado. Os resultados indicam que o tema “línguas da imprensa” recebeu grande atenção no primeiro AEB (1908-1912), a qual diminuiu nas publicações posteriores até sua omissão durante o Estado Novo. Em termos estatísticos, por sua vez, a imprensa em LE correspondia a 5% do total nacional em 1912, ficando reduzida a menos de 1% nas décadas seguintes, na medida em que crescia a imprensa bilíngue no país. Ações de combate à imprensa em LE e de nacionalização dos imigrantes estão relacionadas a esses dados.

Palavras-chave: Línguas, Imprensa, História.

Abstract: This paper looks at the languages of Brazilian press registered in the Brazilian's Statistical Yearbooks (BEYs) from the first half of the 20th century. For this purpose, it analyses 16 statistical yearbooks, between 1908 and 1955, and interprets his data in the light of the language policy of that time, as well as the relationship between press in Foreign Language (FL), immigrant communities and State. The results show that the subject “languages of the press” received great attention on the first BEY, which declined in subsequent publications until its omission during the Estado Novo. In statistical terms, press in FL corresponded to 5% of the total on 1912, reaching less than 1% in the following decades while the bilingual press

expanded. The fight against press in FL and actions to nationalization of migrants are related to these data.

Keywords: *Languages, Press, History.*

1. Introdução

Este artigo lança um olhar sobre as línguas da imprensa brasileira registradas nos anuários estatísticos do Brasil da primeira metade do século XX. O trabalho pretende apresentar algumas reflexões tanto sobre os modos de registro das línguas da imprensa nos Anuários Estatísticos Brasileiros (AEBs) quanto sobre os resultados obtidos pela pesquisa estatística acerca desse tema. Os AEBs são tomados, então, como um indicador das políticas do Estado para as línguas, nesse período histórico, pois neles está materializado o interesse dos sucessivos governos brasileiros em pesquisar as línguas da imprensa e em divulgar tais dados ao público, assim como está disponível uma descrição da situação linguística dos jornais e revistas da época, por meio da qual se pode acompanhar a evolução da diversidade de línguas na imprensa do país.

Embora, hoje, os brasileiros convivam com uma imprensa quase exclusivamente em língua portuguesa, até o início do século XX, o Brasil abrigava uma relevante imprensa plurilíngue ligada, em geral, às comunidades imigrantes. Entre os primeiros exemplares dessa prática estão os jornais em língua francesa, que já em 1827, circulavam no Rio de Janeiro (LUSTOSA, 2015). Também tiveram muita importância junto a suas comunidades os jornais, revistas e almanaques em língua alemã, que, desde 1852, atuavam, especialmente, nas colônias agrícolas da região Sul do país (DREHER, 2004). As publicações em língua italiana estiveram mais presentes na região Sudeste, especialmente a partir da metade do século XIX, tendo grande destaque a imprensa político-operária (SOUZA, 2010). A literatura sobre a imprensa em língua estrangeira também aponta a existência de periódicos brasileiros em outras línguas, entre elas, árabe, espanhol, inglês, polonês, húngaro e japonês.

A inclusão das línguas como uma das características da imprensa nacional que a pesquisa estatística deveria mensurar revela o interesse dos governos brasileiros da primeira metade do século XX na gestão dessas línguas, isto é, no uso dos dados obtidos para a orientação de

políticas linguísticas para a imprensa do país. Afinal, como explica Senra (1997), foi para aprimorar a gestão que as estatísticas passaram a ser produzidas pelos Estados, no século XVII. No entanto, inicialmente, elas eram guardadas como segredos de Estado, de modo que sua divulgação só se tornou uma prática a partir do século XIX, por meio de diversos tipos de publicação, dentre as quais figuram os anuários estatísticos (SENRA, 1997).

Os anuários estatísticos constituem uma publicação de periodicidade pretensamente anual, com finalidade publicizante, que busca transformar dados dispersos em totalidades organizadas, pondo-os ao alcance da compreensão do público (SENRA, 1997). Como mostra a resenha histórica dos AEBs publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1991), o primeiro anuário brasileiro trabalhou dados do período de 1908 a 1912, tendo sido publicado em três volumes, com grande espaçamento temporal entre eles: 1912, 1917 e 1927, revelando as dificuldades dos órgãos de estatística da época. A periodicidade anual dos anuários brasileiros somente foi alcançada com a criação do IBGE, em 1936, e com o fim da II Guerra Mundial, ao longo da qual “interesses da segurança nacional determinaram fôsse interrompida [...] a divulgação de muitas estatísticas, providência essa que alterou o ritmo em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentara, desde 1936, as sucessivas edições desta publicação” (Prefácio ao AEB 1941-1945, p. 07).

Com relação às línguas da imprensa, encontramos referência a elas já no primeiro Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912), no volume III, publicado em 1927 e dedicado aos temas: “cultos”, “assistência”, “repressão” e “instrução”. O AEB 1908-1912 marca, assim, o início do recorte temporal deste estudo. O AEB 1955, por sua vez, foi escolhido como fim do período por trazer dados do ano de 1954, que coincide com o da morte de Getúlio Vargas e representa uma ruptura da política nacionalista que ele vinha conduzindo desde 1930.

Nesse íterim (entre 1908 e 1955), o Brasil vivenciou uma série de medidas político-linguísticas voltadas à nacionalização das línguas no ensino, na vida comunitária, nos cultos, nas forças armadas e, até mesmo, na vida privada, grande parte delas durante a vigência do Estado Novo (de 1937 a 1945) e a entrada do Brasil na segunda Guerra Mundial, em 1942 (SEYFERTH, 1999). A imprensa não ficou alheia a elas e, em 1938, o Decreto-lei 406, em seu artigo 94, determinava que

nas “zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização”. Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cujo estatuto colocava em seu horizonte a promoção e o controle da brasilidade nos meios de comunicação e nas diversões públicas do país (Decreto-lei 5077). Por fim, em 1941, um despacho do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi emitido proibindo a edição de jornais e revistas em língua estrangeira no país (NEUMANN, 2004).

Diante disso, nos perguntamos: Como os AEBs representam a diversidade de línguas da imprensa do Brasil? Qual era a proporção de periódicos em língua estrangeira no país, como era sua distribuição nas diferentes regiões e quais as línguas predominantes? Qual a relação entre as medidas nacionalizantes para as línguas conduzidas pelo Estado e as informações constantes nos AEBs? Em busca de respostas, compusemos o arquivo deste estudo com 16 AEBs, que compreendem o total publicado entre 1908-1912 e 1955. Todos foram obtidos na versão digitalizada disponível na biblioteca online do IBGE. De posse desses anuários, buscamos neles as tabelas que apresentavam números referentes às línguas da imprensa do Brasil, cuja análise se organizou em duas etapas.

Em um primeiro momento, nos dedicamos a avaliar a presença ou ausência desse tema – as línguas da imprensa – nos AEBs. Nos nove anuários que tratavam do assunto, verificamos as categorias linguísticas sob as quais a imprensa nacional foi classificada e as designações que as línguas receberam. Em seguida, efetuamos uma análise dos números apresentados nos AEBs, buscando identificar a proporção de periódicos em Língua Estrangeira (LE) existente no Brasil, sua evolução temporal, sua distribuição pelos estados e as línguas predominantes nessa imprensa. Buscamos interpretar essas informações à luz das políticas linguísticas do período, do debate sobre a nacionalização dos imigrantes, do papel social da imprensa em língua estrangeira para seus leitores e da situação linguística do Brasil da primeira metade do século XX.

Essa proposta resultou em dois tópicos: o primeiro dedicado às palavras; o segundo dedicado aos números. No primeiro (As línguas da imprensa nos AEBs: as palavras), discutimos o interesse do Estado em conhecer as línguas da imprensa e em tornar públicos esses dados, bem

como os modos como o faz. No segundo (As línguas da imprensa nos AEBs: os números), traçamos um perfil linguístico da imprensa nacional dessa época, acompanhando a evolução numérica das línguas nos periódicos do país. Por fim, nas Considerações Finais, procuramos resumir os resultados apresentados neste artigo, apontar suas limitações e indicar novas possibilidades de estudos sobre o tema.

2. As línguas da imprensa nos AEBs: as palavras

Segundo Seyferth (1999), a questão da incorporação dos imigrantes e seus descendentes à sociedade nacional já estava presente no debate público desde meados do século XIX, contexto em que a língua portuguesa era tida como cimento da brasilidade e instrumento de adaptação à sociedade nacional. Nesse sentido, os AEBs podem ser entendidos, então, como um componente desse debate, que inscreve a ele a aparente neutralidade e racionalidade dos números.

A presença do tema “línguas da imprensa” já no AEB 1908-1912 sinaliza que a mensuração das línguas da imprensa antecedeu o recenseamento das línguas faladas nos lares brasileiros, o qual, segundo Oliveira (2014), aconteceu pela primeira vez, apenas em 1940¹. Portanto, à época do AEB 1908-1912, era, sobretudo, a língua pública e escrita da imprensa que constituía preocupação do Estado. A língua oral usada nas comunicações privadas ainda não estava sendo visada, pois o lar passou a ser visto como o baluarte da conservação da cultura estrangeira posteriormente, durante a campanha nacionalizadora do Estado Novo (SEYFERTH, 1999).

No AEB 1908-1912, a questão das línguas da imprensa tem grande destaque. Esse anuário apresenta uma descrição completa e detalhada da situação linguística da imprensa nacional, com a classificação dos periódicos do país segundo seus idiomas, bem como a distribuição linguística da imprensa brasileira por estado. Cabe destacar que, dos diversos assuntos tratados no anuário (envolvendo demografia, economia, educação etc.) apenas quatro índices foram contemplados com uma ilustração e um deles é, justamente, o das línguas da imprensa, como mostra a Figura 1.



Figura 1: Ilustração das línguas da imprensa no AEB 1908-1912. Fonte: Biblioteca do IBGE (online).

No AEB 1908-1912, existe a preocupação de discriminar cada língua presente na imprensa nacional, de modo que podemos identificar que, nessa data, havia oito diferentes línguas compondo os periódicos do país: “língua nacional”, “alemão”, “italiano”, “polaco”, “árabe”, “hespanhol”, “francez”, “inglez”, além da categoria “mais de um idioma”. Essa discriminação deixará de ser efetuada nos anuários posteriores, voltando a ser retomada apenas no AEB 1955. Percebemos, então, que são, justamente, os AEBs publicados em anos anteriores ou posteriores a Vargas (antes da Revolução de 1930 ou depois de sua morte em 1954) os que trazem informações mais completas sobre a variedade de línguas da imprensa brasileira. Além disso, os anuários que correspondem ao Estado Novo (período que vai de 1937 a 1945), quando a campanha de nacionalização foi intensificada, e ao período imediatamente posterior, em geral, omitem o assunto das línguas da imprensa. O Quadro 1 procura sistematizar essas informações.

AEB	Descreve várias línguas	Apenas Português/ Outros	Não aborda o tema
1908-1912	x		
1936		x	
1937			x
1938			x
1939-1940	Somente no DF	x	
1941-1945			x
1946			x
1947			x
1948			x

1949			x
1950		x	
1951		x	
1952		x	
1953		x	
1954		x	
1955	x		

Quadro 1: As línguas da imprensa nos AEBs. Fonte: elaboração própria.

Os anuários da década de 1930 ou não trazem informações sobre as línguas da imprensa (AEB 1937, AEB 1938) ou apenas a dividem entre “português” e “outros idiomas”/“outras línguas” (AEB 1936, AEB 1939-1940). Já não se pode, então, acompanhar a trajetória das diferentes línguas na imprensa do país, mas apenas avaliar a participação numérica dos periódicos em língua não nacional em relação aos de língua nacional. Esse movimento de especificar apenas a língua portuguesa e de colocar as demais línguas em um mesmo grupo produz um silenciamento destas: cala seus nomes; omite a importância de cada língua, em particular, para o total da imprensa do país; silencia a produção jornalística de cada comunidade étnica. As línguas estrangeiras sofriam, assim, uma política de silenciamento, nos termos de Orlandi (2007).

Cabe ressaltar que, no AEB 1939-1940, houve uma descrição da variedade das línguas da imprensa, mas apenas em relação aos periódicos do Distrito Federal (Rio de Janeiro - RJ), como demonstra o Quadro 1. A imprensa do RJ, no entanto, não era representativa do país como um todo, linguisticamente. Essa descrição favorecia a língua portuguesa, que predominava largamente nas publicações da capital (93% delas), e camuflava a importância das línguas de imigração, mais presentes nos periódicos da região Sul. Nesse sentido, é importante lembrar que a ideia da capital como referência linguística para toda a nação, inscrita no AEB 1939-1940, também esteve presente em outros movimentos político-linguísticos da década de 1930, como a adoção da pronúncia carioca como padrão para a língua nacional cantada do Brasil (SERPA, 2001)².

Se, nos anuários da década de 1930, a variedade de línguas da imprensa foi descaracterizada por meio de sua alocação na categoria “outras línguas”/“outros idiomas”, nos anuários da década 1940 (AEBs

1941-1945, 1946, 1947, 1948 e 1949), o assunto das línguas da imprensa não aparecerá, sob nenhuma forma. Há, portanto, um silenciamento acerca da diversidade de línguas da imprensa, que coaduna com a censura linguística que esta vinha sofrendo desde 1938, com a proibição da publicação de jornais em línguas estrangeiras nas áreas rurais (Decreto-lei 406/1938), ampliada para todo o país, em 1941, pela intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A ausência de dados sobre as línguas da imprensa nos AEBs da década de 1940 é significativa, portanto, porque retira do debate público o assunto, como se a diversidade linguística da imprensa brasileira fosse inexistente ou irrelevante no cenário nacional.

Esse tema retornará aos anuários estatísticos a partir de 1950. Os AEBs de 1950, 1951, 1952, 1953 e 1954 fornecem dados sobre a imprensa em “português” e em “idioma estrangeiro” no país. Esse retorno da temática das línguas da imprensa nos anuários marca o retorno do reconhecimento da diversidade de línguas da imprensa nacional pelo Estado e a reintrodução do assunto no debate público. Indica também, que, apesar das medidas nacionalizantes de anos anteriores, a imprensa em língua estrangeira do Brasil não se extinguiu, afinal, ela continuava sendo estatisticamente significativa.

Chama a atenção, porém, a introdução de duas novas categorias nos anuários dessa década: a dos periódicos em “português e idioma estrangeiro” (bilíngues) e daqueles “sem declaração”, como podemos ver na Figura 2.

Segundo o idioma de publicação	
Exclusivamente em português.....	2 424
Exclusivamente em um idioma estrangeiro.....	9
Em português e idioma estrangeiro.....	41
Em mais de um idioma estrangeiro.....	3
Sem declaração.....	12

Figura 2: Parte da tabela sobre as línguas da imprensa no AEB 1951. Fonte: Biblioteca do IBGE (online).

Com relação aos periódicos bilíngues, eles nos permitem projetar um público que incluía leitores em língua estrangeira e/ou nacional, como, por exemplo, famílias e comunidades cujos integrantes possuíam vários graus de domínio da língua portuguesa e da língua de origem

étnica. Estudos sobre a época indicam que, nas regiões de colonização do Sul do país, cerca de 23% dos habitantes não falavam português em 1940 (OLIVEIRA, 2014). No entanto, de acordo com Seyferth (1999) a população urbana dessas regiões já havia se tornado bilíngue nessa década.

Já a categoria “sem declaração” pode ser interpretada como resultado da memória da interdição linguística sofrida pelos imigrantes ao longo do Estado Novo, sendo a noção de interdição mobilizada aqui como um fato discursivo da ordem da política do silenciamento, especialmente ligada ao processo de nacionalização dos imigrantes, no Brasil, na primeira metade do século XX (BOLOGNINI; PAYER, 2005). Estima-se, assim, que alguns editores de jornais em língua estrangeira preferiram não identificar a língua do periódico com medo de represálias. Vale notar, que, em 1951, o número de não declarantes é ainda bastante significativo, apesar da saída de Getúlio Vargas do poder em 1945.

Por fim, o AEB 1955 volta a discriminar as diferentes línguas da imprensa, à semelhança do que ocorria com o AEB 1908-1912. As categorias linguísticas que ele apresenta (“português”, “português/alemão”, “português/inglês”, “português/italiano”, “português/outro idioma”, “alemão”, “inglês”, “outros”) refletem uma redução considerável no número de línguas presentes na imprensa na década de 1950 em comparação com os dados do início do século. Além disso, a presença dessas línguas está, muitas vezes, condicionada à combinação com a língua portuguesa, indicando a consolidação da imprensa bilíngue. Saíram de cena, por sua vez, línguas como polonês, árabe, francês e espanhol, presentes no AEB 1908-1912.

Se nos ativermos às designações dadas às línguas nesse percurso de quatro décadas de anuários estatísticos, vemos que, inicialmente, a língua do Brasil era chamada de “língua nacional” e as línguas não especificadas eram denominadas “outros idiomas” (AEB 1908-1912). Na década de 1930, a língua do Brasil passa a ser tratada como “português” e colocada em oposição a “outros idiomas” ou “outras línguas” (AEB 1936, AEB 1939-1940). A partir de 1950, as línguas da imprensa passam a ser designadas como “português” e “idioma estrangeiro”.

Interessa-nos marcar aqui, sobretudo, esse movimento de passagem da inscrição “outros” para a inscrição “estrangeiro” que as línguas não

nacionais sofreram nesse percurso. Com isso, as línguas não nacionais foram semanticamente transferidas de uma condição de diferença genérica (“outro idioma”) em relação à língua portuguesa para uma inscrição que marca seu sentido exterior, alienígena, de outra nação (“idioma estrangeiro”). O silêncio da década de 1940, intermediário entre os dois modos de designação, parece ter gestado essa diferença, na medida em que em que o Estado Novo intensificava a companhia nacionalizadora. Esse fato vai ao encontro da reflexão de Guimarães (2003, p.54), segundo a qual o papel das designações não se reduz ao de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao de servir de rótulo para alguma coisa: “Um nome, ao designar, funciona como um elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte”.

Lançamos, agora, o olhar sobre os índices referentes às línguas da imprensa nos AEBs da primeira metade do século XX, com o propósito de descrever e interpretar os dados que buscavam retratar a diversidade linguística dos periódicos brasileiros.

3. As línguas da imprensa nos AEBs: os números

Neste tópico, tomamos os AEBs como uma fonte de dados estatísticos pretensamente fiéis à realidade. Eles constituem a estatística oficial, aquela cuja função é aprimorar a gestão do Estado (SENRA, 1997), logo, esses dados serviram (ou poderiam ter servido) para orientar as políticas linguísticas para a imprensa, instituídas no período que vai de 1912 a 1955. Também, esses dados estatísticos, se analisados temporalmente, devem (ou deveriam) retratar os efeitos dessas mesmas políticas sobre a variedade de línguas da imprensa brasileira.

Começaremos pelo primeiro dos anuários publicados no Brasil, o AEB 1908-1912. Entendemos os números constantes no AEB 1908-1912 como representativos de um momento histórico em que as Línguas Estrangeiras (LEs) ainda desfrutavam de relativa liberdade na imprensa nacional, sem as interdições legais que sofreriam posteriormente. Eles mostram que a imprensa em LE correspondia a 5% do total de periódicos publicados no país no ano de 1912: eram 70 periódicos em línguas estrangeiras, ao lado de 1307 publicados em língua portuguesa, como podemos ver na Figura 1.



Figura 3: Recorte da imagem que retratava a distribuição linguística da imprensa brasileira em 1912. Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912).

Além disso, a distribuição das línguas da imprensa por estado presente no AEB 1908-1912 indica que a imprensa em LE não constituía um fenômeno nacional, pois ela estava notadamente concentrada nas regiões Sudeste e Sul do país. O estado de São Paulo (SP) era o que mais reunia periódicos em LEs (23), seguido pelo Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), com 12 cada, Rio de Janeiro (RJ), com 10 e Paraná (PR) com nove periódicos em LE. Minas Gerais

(MG) contava com apenas uma publicação, em árabe; o Espírito Santo (ES) com uma publicação em mais de um idioma; e o Amazonas (AM) com uma publicação em espanhol. Os demais estados brasileiros, apesar de possuírem um considerável número de publicações em circulação, não contavam com periódicos em LE, em 1912. Essas informações podem ser visualizadas na Tabela 1.

	SP	RS	SC	RJ	PR	MG	ES	AM
Port.	318	112	34	206	34	189	25	21
LE	23	12	12	10	9	1	1	1
Total	341	124	46	216	43	190	26	22

Tabela 1 – Número de periódicos em língua portuguesa e língua estrangeira por Estado segundo o AEB 1908-1912. Fonte: Elaboração própria.

Sobre a situação dos periódicos em LE no estado de SP, a leitura do AEB 1908-1912 nos mostra que, embora esse estado concentrasse, em 1912, o maior número de periódicos em língua estrangeira do país, esse tipo de publicação ficava bastante diluído em meio às inúmeras outras publicações em língua portuguesa: das 341 publicações que eram editadas no estado, apenas 23 (6,7%) eram escritas em LEs, metade delas em italiano. Há que se considerar, ainda, que muitas dessas publicações eram produzidas de modo artesanal, com equipamentos que já não atendiam as necessidades da grande imprensa, tendo periodicidade incerta e mantendo-se fora do circuito comercial (ANTUNES; LUCCA, 2015).

Mesmo assim, a política estatal em relação aos jornais em LE no estado de São Paulo foi dura, por serem frequentemente associados a movimentos político-ideológicos. Como aponta estudo de Carneiro (2003), no arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de SP (DEOPS), os periódicos em língua estrangeira eram apreendidos por esse órgão como prova de crime político, onde eram classificados segundo sua orientação ideológica (anarquista, comunista, sionista, fascista, antifascista, nazista e integralista) e seu idioma. A polícia interpretava a língua estrangeira como estratégia política de imigrantes interessados em viver “enquistados” no território brasileiro ou, até mesmo, pertencentes a um complô internacional (CARNEIRO, 2003). Por outro lado, explica a autora, as publicações que estavam em

sintonia com o ideário do governo ficavam livres de punições, como foi o caso do jornal *Fanfulla* (1893), em língua italiana.

Já na região Sul, a imprensa em LE tinha uma participação maior no cenário de cada estado. Segundo o AEB 1908-1912, em SC, a imprensa em língua estrangeira correspondia a 26% do total (nove publicações em alemão e três em italiano); no PR, a imprensa em LE correspondia a 20% do total do estado (seis publicações em polonês, e três em alemão); e no RS, a imprensa em LE representava 9,6% do total do estado (com seis publicações em alemão e três em italiano). Além de numericamente significativos, na região Sul, os periódicos em LE possuíam considerável alcance e influência, muitos deles apresentando qualidade gráfica, perenidade, organização comercial, especialmente aqueles voltados à comunidade alemã. Também estes eram periódicos altamente enraizados na realidade e na política local e brasileira (KLUG, 2004; GERTZ, 2004). Por circular, especialmente, nas colônias agrícolas da região Sul, a prosperidade dessa imprensa foi severamente abalada em 1938, com o decreto-lei 406/1938 que proibia a publicação de jornais em línguas estrangeiras “nas áreas rurais do país”.

A discriminação linguística efetuada pelo AEB 1908-1912 também nos permite visualizar que as principais línguas presentes nos periódicos brasileiros daquela data eram a alemã e a italiana, justamente aquelas cujas nações de origem se tornaram inimigas do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

A partir de 1912, a leitura dos AEBs não possibilita mais distinguir a presença das diferentes línguas na imprensa brasileira, apenas verificar o montante das línguas estrangeiras em relação à língua portuguesa. Isso porque as línguas da imprensa não são mais diferenciadas, mas apenas divididas entre Língua Estrangeira (LE) e Língua Portuguesa (LP). Essa discriminação voltará a ocorrer apenas em 1954. Traçamos, então, um quadro temporal, na tentativa de entender a evolução numérica dessas duas vertentes, LP em relação a LE, de 1912 a 1954 (Tabela 2).

AEB	1908-1912	1936	1939-1940	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Ano	1912	1933	1937	1948	1949	1950	1951	1953	1954
Total Periódicos	1377	1278	1793	2489	2535	2862	2821	3113	2961
Periódicos em LP	1307	1229	1732	2484	2456	2690	2692	2997	2850
Periódicos em LE	70	49	61	12	13	12	25	22	23
Periódicos em LP e LE	-	-	-	41	37	20	66	89	88
Sem declaração	-	-	-	13	29	140	38	5	-

Tabela 2- Evolução da imprensa em língua estrangeira no Brasil segundo os AEBs.

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 2 nos mostra que, apesar do paulatino aumento do número de publicações periódicas produzidas no Brasil, houve um decréscimo do número de publicações em língua estrangeira: em 1912 elas correspondiam a 5% do total; em 1933, a 3,8% do total e, em 1937, a 3,4%. Portanto, mesmo antes da intervenção estatal direta sobre as línguas da imprensa, com o Decreto 406/1938, a imprensa em LE do Brasil já observava um decréscimo no número de títulos em relação à imprensa em língua portuguesa. Já, em 1948, ela estava reduzida a 0,4% do total.

A partir de 1948, porém, ganha destaque a imprensa bilíngue. Enquanto os jornais exclusivamente em língua estrangeira ficam estagnados em percentuais menores a 1%, a imprensa bilíngue cresce até atingir 2,9% do total das publicações nacionais. Notam-se, nesses números, a eficácia do combate à imprensa em língua estrangeira pelo Estado, bem como o crescente aportuguesamento do público desses jornais. Por outro lado, até 1954, os jornais exclusivamente em língua estrangeira não estavam totalmente extintos. Infelizmente, apenas os AEBs 1912, 1936 e 1939-1940 fornecem estatísticas estaduais relacionadas às línguas da imprensa, de modo que não é possível traçar um comparativo com o cenário nacional para além dessas datas.

Desse modo, encerramos este tópico sobre a presença estatística das línguas nos periódicos nacionais, na primeira metade do século XX, e passamos às Considerações Finais do artigo. Nestas, buscamos avaliar

os resultados alcançados, apontar suas limitações e sugerir novas possibilidades de estudos sobre as línguas da imprensa no Brasil.

4. Considerações finais

Este estudo cujo tema foi “línguas da imprensa” girou em torno de um índice muito específico: o número de periódicos editado nesta ou naquela língua. Embora o número de títulos possa fornecer um indicativo do tamanho e da evolução numérica da imprensa em LE, é preciso considerar duas limitações. Uma delas é o fato de que para melhor entender o tamanho da imprensa em LE no Brasil, ao lado do número de periódicos, deveríamos colocar a tiragem desses títulos, podendo, com isso, estimar o público leitor que eles atingiam. De fato, é possível que uma dada língua estrangeira possuísse poucos títulos em circulação, mas que cada um deles atingisse um público grande. Ou, ao contrário, que certas comunidades linguísticas possuíssem muitos periódicos, mas com poucos leitores cada um.

Outra dificuldade em estimar-se um público leitor a partir do número de periódicos em LE é o elevado grau de analfabetismo ou analfabetismo funcional presente no Brasil da primeira metade do século XX, inclusive entre os potenciais leitores da imprensa em LE. Devemos considerar ainda as longas jornadas de trabalho no campo ou nas fábricas, a ausência de escolas e bibliotecas, o preço dos jornais e revistas, as distâncias a serem percorridas para se obter um exemplar, entre outros fatores, como dificultadores da formação de um público leitor para a imprensa em LE.

Em termos de políticas linguísticas, os dados apresentados pelos anuários estatísticos podem ser relacionados a algumas medidas governamentais para a interdição das línguas estrangeiras na imprensa, como o Decreto-lei 406/1938 e a posterior atuação do DIP no controle das línguas dos periódicos nacionais. No entanto, faltam, ainda, estudos mais amplos e diversificados sobre a política de línguas da imprensa, nessa época. Foram tomadas outras medidas para o aportuguesamento da imprensa nesse período? Havia línguas mais ou menos aceitas para uso nesse meio? Houve reações por parte dos editores dos jornais em LE?

Por fim, a análise de anuários estatísticos posteriores a 1955 pode fornecer informações históricas importantes, como, por exemplo, o tratamento dado às línguas da imprensa na época da ditadura militar

brasileira (de 1964 a 1985), quando a ideia de patriotismo voltou a ser mobilizada com força pelo aparato estatal. Ou, ainda, para avaliar a diversidade linguística da imprensa brasileira mais recentemente, em tempos de globalização e de defesa dos direitos linguísticos das comunidades.

Referências bibliográficas

ANTUNES, M. A.; LUCA, T. R. A presença de jornais em língua estrangeira em algumas bibliotecas paulistas e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **Revista Escritos**, [s.l.], ano 9, n° 9, 2015. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero09/cap_08.pdf. Acesso em: 12 jun. 2017.

BOLOGNINI, C. Z; PAYER, M. O. Línguas de imigrantes. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 2, ano 57, p. 42-46, 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200020. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938**. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 maio 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939**. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I. P.). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

CARNEIRO, M. L. T. Imprensa irreverente; tipos subversivos. *In*: CARNEIRO, M. L. T; KOSSOY, B (Orgs.). **A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

DREHER, M. A participação do imigrante na imprensa brasileira. *In*: DREHER, M.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. (Orgs.). **Imigração e Imprensa**. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, pp.91-99.

GERTZ, R. Imprensa e imigração alemã. *In*: DREHER, M.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. (Orgs.). **Imigração e Imprensa**. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, pp. 100-122.

GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Revista Letras**, Santa Maria: UFSM, n. 26, p. 53-62, 2003. Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras26.html>. Acesso em: 12 mai.

2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil**: resenha histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22601.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

KLUG, J. Imprensa e imigração alemã em Santa Catarina. In: DREHER, M.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. (Orgs.). **Imigração e Imprensa**. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, pp.13-25.

LUSTOSA, I. Henri Plasson e a primeira imprensa francesa no Brasil (1827-1831). **Revista Escritos**, [s.l.], ano 9, nº 9, 2015. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero09/cap_03.pdf.

Acesso em: 12 jun. 2017.

MORELLO, R. Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 431-439, maio/ago, 2016. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/944/pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

NEUMANN, R. M. Correio Serrano: órgão dos interesses regionais. In: DREHER, M.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. **Imigração e Imprensa**. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, pp. 190-209.

OLIVEIRA, G. M. Os censos linguísticos e as políticas para as línguas no Brasil meridional. In: MORELLO, R.; MARTINS, M. F. (Orgs.). **Observatório da educação na fronteira**: política linguística em contextos plurilíngues: desafios e perspectivas para a escola. Florianópolis: Ipol, Editora Garapuvu, 2014.

SENRA, N. C. Um olhar sobre os anuários estatísticos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 1, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000100002. Acesso em: 25 out. 2017.

SERPA, E. Congresso da Língua Nacional Cantada de 1937 -‘a insensatez maravilhosa da militarização das vogais’: nacionalismo, raça e língua. **Diálogos latino-americanos**, n. 3, Ahrus: Lacua, 2001.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In*: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.199-228.

SOUZA, M. C. **A imprensa Imigrante**: trajetória da imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo. São Paulo: Memorial do Imigrante: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

Notas

* Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Frederico Westphalen, desde 2008. Doutora em Letras pela UFSM (2013).

¹ Os censos de 1940 e 1950 foram os únicos a incluir uma questão sobre as línguas faladas nos lares brasileiros (OLIVEIRA, 2014). O censo de 2010 investigou apenas as línguas faladas por aqueles que se declararam indígenas, e os demais censos do Brasil não incluíram questões linguísticas (MORELLO, 2016).

² O Rio de Janeiro, DF, segundo o AEB 1939-1940, possuía cerca de 2% de jornais redigidos exclusivamente em língua estrangeira e 5% de jornais plurilíngues (em português + uma ou várias línguas estrangeiras), apresentando periódicos em alemão, árabe, espanhol, esperanto, francês, ídiche, inglês e italiano, sendo os de língua inglesa os mais numerosos.